

CIA ajuda Khomeiny e oposição iraniana há sete anos

Washington — A Agência Central de Informações (CIA) há sete anos investe nos dois lados da questão iraniana, cortejando o regime do aiatolá Khomeiny enquanto ajuda os exilados iranianos que desejam derrubar o governo islâmico, afirmou o jornal *The Washington Post*.

O envio de armas para o Irã faz parte de uma série de operações secretas que acontecem desde 1979, quando Khomeiny tomou o poder e o presidente Jimmy Carter ainda ocupava a Casa Branca. Em 1983, a CIA forneceu ao governo iraniano uma lista de agentes do KGB e colaboradores no Irã, uma informação que contribuiu para a decisão de executar mais de 200 suspeitos e fechar o partido comunista Tudeh, segundo fontes que o *Post* não identificou.

Ao mesmo tempo, ordens secretas do presidente garantiam ajuda para exilados iranianos, incluindo a concessão de 6 milhões de dólares para o principal grupo, a Frente para a Libertação do Irã, sediada em Paris e que prega a volta à monarquia.

Parte desse dinheiro foi usada para financiar uma estação de rádio anti-Khomeiny no Egito e para pagar uma transmissão de TV clandestina para o Irã há dois meses, quando Reza Pahlevi, filho do falecido xá Mohammed Reza Pahlevi, prometeu: "Eu voltarei".

O *Post* afirma que parte do dinheiro da CIA também foi usado por exilados iranianos para especular no mercado financeiro suíço. Muitos milhões de dólares foram entregues ao ex-comandante naval do xá, almirante Ahmad Madani, que não aceitou o controle da CIA,

levando a agência a romper as ligações com ele sem recuperar o dinheiro.

— Não sei se a administração Reagan está dando dinheiro para grupos de exilados iranianos, mas não vejo nenhuma razão para não dar o dinheiro e, ao mesmo tempo, estender a mão a Khomeiny. Jogar com os dois lados não é tão incomum assim, desde que a ajuda aos exilados não chegue a fortalecê-los a ponto de tomarem o poder — afirmou ao *Post* o almirante Stansfield Turner, ex-diretor da CIA.

Uma fonte do governo disse ao jornal que faltava consistência na política para o Irã, era mais uma série de ações que tiveram sucesso limitado: menos de um ano após a CIA ter fornecido a lista do KGB, o Irã apoiou o atentado com um carro-bomba contra as forças americanas em Beirute, que matou 241 militares em outubro de 1983.

Alguns funcionários americanos retrucaram que a abertura para os moderados iranianos serviu pelo menos para frear o apoio a atos terroristas dirigidos contra alvos dos Estados Unidos. Apesar de algumas operações datarem do governo Carter, parece que foi um memorando da CIA, de 17 de maio de 1985, que convenceu Reagan a tomar suas iniciativas secretas e ordenar o envio de armas para o Irã.

O memorando advertia que a União Soviética tomara a frente na iniciativa de estabelecer laços com setores iranianos visando à era pós-Khomeiny. O país tem uma posição estratégica, não só geográfica, com acesso ao golfo Pérsico e proximidade da União Soviética, como ainda econômica, pelas grandes reservas de petróleo que abriga.

Saída de Shultz é desmentida

Washington — A Casa Branca e o Departamento de Estado negaram informação publicada no jornal *The New York Times* sobre a renúncia do secretário de Estado, George Shultz. Charles Redman, porta-voz de Shultz, disse que a notícia era "falsa e sem fundamento": o jornal disse que Shultz vai sair assim que amainar toda essa celeuma sobre o envio de armas ao Irã.

A estação de rádio National Public Radio, citando fontes do governo, afirmou que o senador Paul Laxalt (repblicano-Nevada) já foi escolhido para suceder Shultz. Laxalt não concorreu à reeleição este ano e vem sendo cogitado para a candidatura republicana à eleição presidencial de 1988. Indagado sobre o assunto pela NBC-TV, ele respondeu: "Não sei de nada".

The New York Times informou em sua edição de ontem que Shultz pediu a Reagan que se comprometesse firmemente a não mandar mais armas para o Irã e a concordar que futuros contatos com Teerã tenham participação do Departamento de Estado. O repórter do *Times* que cobre o State Department, Bernard Gwertzman, afirmou que existem opiniões conflitantes sobre se isso seria uma condição para ele ficar no governo.

Alguns funcionários disseram a Gwertzman que Shultz exigiu o compromisso de Reagan sob pena de renunciar imediatamente, mas uma alta fonte da Casa Branca disse ter

ouvido do presidente que não houve ameaça de renúncia por parte de Shultz.

Ao que parece, Shultz fez o pedido ao presidente no sábado e, no domingo, deu a entrevista à CBS-TV acenando com sua possível renúncia. Na segunda-feira, Reagan disse que não haveria mais envio de armas para o Irã, no que foi interpretado como ponto para Shultz, mas o presidente nada disse sobre a possível participação do secretário em novos contatos com Teerã.

Na terça-feira, um funcionário da Casa Branca disse ao *Times* que o segundo item não tinha urgência agora porque a publicidade em torno do assunto fechou a conexão iraniana. A questão, naturalmente, não é tão específica: o secretário de Estado quer é uma garantia de que a política externa não correrá à sua revelia e que ele não precisará mais, no futuro, fazer o papel de bombeiro para apagar o fogo que iniciativas de Reagan, aticadas pelos radicais da Casa Branca e do Pentágono, fizeram aparecer várias vezes em questões externas.

A justificativa de Reagan para a abertura com o Irã foi de sondar possíveis aliados para uma reaproximação com o país que o regime de Khomeiny chama de "O Grande Satã". Mas Shultz acha que essa tarefa de mostrar que o diabo não é tão feio como pintam pode ser mais bem realizada com o auxílio de especialistas em política iraniana, e todos estão no Departamento de Estado. Até agora, aliados de tudo.



Kennedy, Johnson, Nixon e Carter ignoraram (como Reagan) a opinião de especialistas

Afinal, quem manda em Washington?

James Reston
The New York Times

Washington — Durante a catástrofe de Baía dos Porcos, o presidente Kennedy, irritado com a oposição do Departamento de Estado, convocou o embaixador Charles Bohlen e perguntou-lhe o que estava errado com o Departamento. "O senhor, presidente", respondeu Bohlen.

O secretário de Estado Shultz, apalhado entre sua integridade pessoal e a lealdade ao presidente Reagan, foi menos direto durante a recente confusão iraniana, mas no fundo estava querendo dizer a mesma coisa.

O que Bohlen quis dizer, com todo respeito, foi que a política externa é por demais complicada e perigosa para ser entregue aos caprichos dos presidentes. Ninguém questionava a autoridade do presidente como chefe supremo, pensava Bohlen, mas tudo dependia de como ele exercia esta autoridade e onde ia buscar conselhos para tomar as decisões.

Kennedy confiou na Agência Central de Informação (CIA) no episódio da Baía dos Porcos, e fracassou; durante a crise dos mísseis cubanos, depositou toda a sua confiança na equipe de política externa do governo, e saiu-se bem.

Nem sempre é assim, mas o presidente Johnson no Vietnã, o presidente Nixon em Watergate e o presidente Carter na primeira crise iraniana trataram de chutar para escanteio as inquietações dos especialistas, e se arrependiram. Da mesma forma, o presidente Reagan enviou armas ao Irã sem o conhecimento dos comandantes militares, contra a opinião dos secretários de

Estado e de Defesa e sem consultar o Congresso.

Foi bem à sua maneira que o presidente meteu-se em mais este disparate. Nega que tenha feito algo errado mas garante que não voltará a fazê-lo. Ignorou os conselhos de Shultz para agora aceitá-los. Atacou os democratas durante a campanha eleitoral, esquivou-se deles no caso do Irã e agora solicita seu apoio.

Só nos cabe esperar que o consiga, pois nada poderia ser pior que deixar a política externa entregue nos próximos dois anos aos critérios coletivos de um Partido Democrata dividido e correndo desesperadamente atrás da eleição presidencial de 1988.

O presidente terá, no entanto, de respeitar mais as responsabilidades do secretário de Estado, a menos que esteja disposto a perdê-lo. E precisará pôr freio na CIA e nas operações subversivas do Conselho de Segurança Nacional, se quiser evitar uma batalha permanente com o Congresso nos próximos dois anos.

Seu governo já vai agora pelo quarto assessor de Segurança Nacional em seis anos, e o almirante Poindexter, o mais recente, não chega a ser o orgulho de uma equipe. Foi ele o oficial que enganou a imprensa a respeito da invasão de Granada; ele é também o autor da campanha de "desinformação" sobre a Líbia.

Não existe qualquer indicação de que a Lei de Segurança Nacional, que criou o Conselho de Segurança Nacional, dê a este organismo autoridade para se envolver em operações secretas no Irã ou qualquer outro país. Ele começou com uma equipe de 10 e já tem mais de 100, longe do controle do Congresso.

O CSN foi criado "para avaliar os objetivos, compromissos e riscos dos Estados Unidos em relação a nosso poderio militar real e político; e para estudar diretrizes em questões de interesse comum para os departamentos e órgãos do governo envolvidos com a segurança nacional, apresentando ao presidente as necessárias recomendações".

Nada, como se vê, que justifique a ida de Bud McFarlane e do coronel North ao Irã, levando armas e munidos de passaportes falsos e mentiras oficiais.

Este governo paralelo dentro da Casa Branca é, no entanto, da responsabilidade pessoal do presidente. Quando a CIA instala minas nos portos da Nicarágua e os Estados Unidos se recusam a dar explicações à Corte Internacional de Justiça, temos algo que só pode ser feito sob as vistas grossas e com o assentimento do presidente.

É possível, então, que algo de útil resulte do embargo iraniano. Há anos a CIA e o Conselho de Segurança Nacional vêm passando ao largo da lei, tentando conseguir com ações secretas o que não podem justificar ou explicar ao Congresso.

O resultado é que existe uma crise de confiança no governo, precisamente num período de negociações cruciais sobre controle de armas nucleares e do orçamento, atualmente em déficit alarmante.

Esta crise vem preocupando há alguns anos já. Envenenou as relações entre a Casa Branca e o Congresso e até mesmo as relações pessoais entre membros do governo. Mas os fatos começam a vir à tona, e apesar de todas as artimanhas oficiais da propaganda televisiva, até a população já está se dando conta.

Alemanha pode romper com Síria

Bonn — O rompimento de relações diplomáticas da Alemanha Ocidental com a Síria será inevitável, caso se comprove o envolvimento de funcionários sírios no atentado pelo qual estão sendo julgados dois jordanianos em Berlim Ocidental, afirmou o presidente da comissão de Relações Exteriores do Bundestag (Parlamento), o democrata-cristão Hans Stercken, em entrevista à Rádio Alemã.

Existem, no entanto, setores governamentais contrários. O vice-ministro de Relações Exteriores, Jürgen Moellmann, é um deles. Em entrevista ao jornal *Bild*, ele afirmou que "o rompimento de relações seria prejudicial", e que "é necessário utilizar os canais diplomáticos precisamente quando surgem problemas". Esta posição coincide com a de Horst Teltschik, assessor pessoal do chanceler Helmut Kohl para relações exteriores.

A Grã-Bretanha, rompeu relações com a Síria, no mês passado, após a condenação, por um tribunal de Londres, de Nezar Hindawi, considerado culpado da tentativa de atentado contra um avião da empresa israelense El Al. As autoridades britânicas concluíram pelo envolvimento dos sírios na tentativa.

Precisamente um irmão de Hindawi, Ahmed Hasi, é que, juntamente com Farouk Salameh, está sendo julgado em Berlim pelo atentado a bomba que a 29 de março feriu sete pessoas na Sociedade Germano-Arabe desta cidade. Ambos sustentam ter recebido o explosivo de um certo Abu Ahmad, da embaixada síria em Berlim Oriental. Salameh afirma que semanas antes do atentado esteve em Damasco, conversando com Ahmad, e em companhia do mesmo Hindawi condenado em Londres, e que também estaria envolvido no atentado em Berlim.

O governo alemão adiou a substituição rotineira de seu embaixador na Síria, à espera do resultado do julgamento, que será reiniciado hoje.